

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

COSTA, Iraci del Nero da. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP, 1992, 159 p.

José Flávio Motta

Brasil, último quartel do século dezoito, décadas iniciais do século dezenove. Seríamos nós, neste período que abarca o processo de nossa emancipação política, uma população formada essencialmente de senhores e escravos? Uma resposta afirmativa a esta questão extrai-se da obra de Gilberto Freyre. Assim, por exemplo, referindo-se aos séculos XVI a XIX, esse autor observa ter sido então "(...) o Brasil uma sociedade quase sem outras formas ou expressões de status de homem ou família senão as extremas: senhor e escravo. O desenvolvimento de classes médias, ou intermediárias, de pequena burguesia, de pequena e de média agricultura, de pequena e de média indústria, é tão recente, entre nós, sob formas notáveis ou, sequer, consideráveis, que durante todo aquele período seu estudo pode ser quase desprezado; e quase ignorada sua presença na história social da família brasileira" (FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 2. ed. São Paulo: J. Olympio, 1951, v. 1, p. 52).

Não obstante, tomando como exemplo um dentre os diversos e relevantes trabalhos de Caio Prado Jr., é possível identificar interpretação em certa medida distinta à de Freyre. É reconhecida por Prado Jr. a importância, em termos quantitativos, das pessoas que não eram escravistas, as quais compunham, no alvorecer do século XIX, "(...) com certeza a grande, a imensa maioria da população livre da colônia" (PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo, Colônia*. 17.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 282). Todavia, ainda que numericamente majoritários *vis-à-vis* os escravistas e seus dependentes, não é atribuído a esse contingente populacional papel significativo em nossa formação social e econômica pois, em que pese mostrar-se avultado e crescente no tempo, tal contingente é o "(...) dos desclassifi-

O autor é professor da FEA/USP

cados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma" (Idem, p. 280).

Outros autores, conformando um grupo mais reduzido, com produção acadêmica radicada principalmente nos últimos lustros, têm corroborado a hipótese de que a significância dos indivíduos não-proprietários de cativos extrapolava a mera evidência de sua relevância numérica. Nesse grupo insere-se a análise desenvolvida por Iraci del Nero da Costa, intitulada *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil* (São Paulo: MGSP, 1992, 159 p.), meritória tese defendida em 1990 e que ora se torna disponível em forma de livro.

Costa direcionará seus esforços na busca de respostas a três perguntas simples, porém cruciais: quantas eram as pessoas que integravam a população de não-escravistas, inclusive em termos relativos, neste caso privilegiando a análise comparativa com o segmento dos proprietários de escravos e seus dependentes (comparação que, cabe ressaltar, estará sempre presente ao longo do estudo realizado); quem eram os indivíduos em questão, vale dizer, quais suas características quanto a sexo, cor, estado conjugal, faixa etária, situação social (livres ou forros) e, para os menores de 14 anos, condição de filiação (legítimos ou naturais); e, por fim, o que faziam, isto é, quais as profissões e/ou ocupações econômicas às quais eles se dedicavam, bem como sua participação na produção, seja de bens para autoconsumo, ou ainda de gêneros visando à comercialização.

Uma das qualidades mais expressivas do trabalho em foco trata-se da alentada massa documental que fundamenta as conclusões apresentadas. Além do recurso a exaustivo elenco de fontes secundárias, foram utilizadas como fontes primárias um conjunto de levantamentos censitários realizados nos séculos XVIII e XIX, concernentes a localidades situadas nas áreas das Capitanias, depois Províncias, de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais e Bahia; ademais, para o Piauí, Costa serviu-se de fontes primárias representativas de sua população em 1697 e 1762. Em suma, o autor compulsou dezenas de milhares de informações envolvendo milhares de indivíduos em dezenas de localidades existentes no período aludido.

O esforço despendido - difícil de ser apropriadamente aquilatado por quem não vivenciou o processo de coleta e manipulação de dados oriundos de documentos tais como os que embasam a análise constante de Arraia-

miúda - foi plenamente recompensado. No correr das páginas e capítulos vai se esboçando, e assumindo contornos cada vez mais nítidos, rica pintura dos não-proprietários de cativos. Antes do mais, confirma-se serem aquelas pessoas parcela majoritária da população livre, em algumas localidades/anos atingindo uma participação relativa superior a 80%. Por outro lado, a consideração desse segmento populacional em comparação com o dos escravistas e seus dependentes fundamenta a afirmação da inexistência de diferenças sensíveis no que respeita aos caracteres demográficos; em outras palavras, é como se estivéssemos diante de duas amostras de uma mesma população.

Outrossim, embora houvesse ocupações/atividades econômicas em que predominavam os escravistas (caso dos rentistas e dos elementos vinculados à Igreja) e outras nas quais prevaleciam os não-proprietários de cativos (caso de artesãos e jornaleiros), para muitas havia o equilíbrio (caso das atividades agrícolas); adicionalmente, não se verificaram exemplos de especialização absoluta.

Correlatamente, não ocorria a exclusividade no âmbito da produção. Não resta dúvida que os escravistas dominavam a produção de gêneros exportáveis (como por exemplo açúcar, café, mate), e esta também era a situação quanto aos produtos de ampla comercialização no mercado interno (a exemplo da aguardente e das bestas). Todavia, os não-proprietários de escravos igualmente faziam-se presentes na produção de tais gêneros, além de dominarem amplamente a produção de mantimentos (arroz, feijão, milho, mandioca), de algodão e a pesca. De fato, em alguns casos tal domínio dos não-escravistas atingia proporções similares às alcançadas em termos da participação relativa desses indivíduos no total da população livre.

A leitura desse livro contempla-nos, portanto, com minuciosa caracterização da "arraia-miúda". Seu título, cabe por fim esclarecer, consubstancia-se em uma feliz provocação, tendo sido escolhido porque *"(...) carrega indelével conotação pejorativa que exprime claramente o conjunto de preconceitos e prejuízos erigidos contra os despossuídos e que se enraíza na formação social, econômica e política da sociedade escravista brasileira"*. Preconceitos e prejuízos, sim, mas que não se mantêm de pé frente à conclusão do autor de que *"(...) os não-proprietários eram partícipes ativos do mundo produtivo. (...) Suas apoucadas posses, é evidente, limitavam e condicionavam sua presença, a qual, não obstante, não pode ser negada nem deve ser subestimada"*.